

O Debate Brenner: uma nova perspectiva para o estudo da formação do capitalismo¹

Eduardo Barros Mariutti²

Resumo

Pretendemos retomar os principais elementos da controvérsia sobre a transição do feudalismo ao capitalismo que ficou conhecida como “O Debate Brenner”: a) a crítica de Robert Brenner à raiz comum que liga a perspectiva mercantil (derivada de P. Sweezy) à demográfica (M. M. Postan, J. Hatcher, etc.); b) a interpretação de Brenner sobre a derrocada do modo de produção feudal, onde o autor salienta o papel central que a luta de classes desempenhou neste processo.

O “Debate Brenner”, em certo sentido, inaugura uma nova fase da controvérsia em torno da transição do feudalismo para o capitalismo. É impossível, portanto, abordá-lo sem levar em consideração o confronto entre Dobb e Sweezy ocorrido em meados dos anos 50. Os pontos mais relevantes da explicação de Dobb são: a) a tentativa de explicar o feudalismo como um *modo de produção*, privilegiando a sua dinâmica própria; b) o *efeito contraditório* que a intensificação do comércio exerceu sobre o feudalismo, provocando, em regiões diferentes, tanto o enrijecimento quanto o abrandamento da servidão;³ c) a junção de determinações *internas* (a dinâmica do feudalismo) com *externas* (sobretudo o comércio de longa distância) e seu impacto sobre a estrutura de poder e de transferência de excedente; d) a atenção concedida à *dimensão política* da crise final do feudalismo, a luta intra e interclasses que presidiu o processo de dissolução

1 Este artigo foi escrito em 1999 e apresentado no III Congresso Brasileiro de História Econômica da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (A.B.P.H.E.), Curitiba-PR. Os argumentos aqui expostos foram aprofundados na Dissertação de Mestrado do autor. Ver Mariutti (2000).

2 Doutorando – Unicamp. Instituto de Economia (IE)/Bolsista – FAPESP.

3 De um modo geral, quando o produtor direto e os pequenos proprietários tinham acesso direto ao comerciante a tendência verificada foi a *dissolução* das compulsões feudais (o produtor vendia uma parcela de sua produção para honrar em dinheiro seus tributos com a nobreza). Quando apenas a nobreza tem acesso aos mercadores ou desenvolve diretamente atividades mercantis é a tendência ao enrijecimento dos laços servis que se verifica.

da ordem feudal. Quanto a Sweezy, seu principal mérito foi a problematização da identificação proposta por Dobb entre feudalismo e servidão, ao mesmo tempo em que exerceu um papel decisivo na consolidação da “perspectiva mercantil”. Durante o debate, entretanto, Sweezy cometeu um grave equívoco: acabou, implicitamente, negando que o feudalismo apresentava leis próprias de desenvolvimento. Cerca de trinta anos mais tarde, ao rever suas antigas posições, Sweezy reiterou de forma enfática esta idéia ao afirmar que apenas o modo de produção capitalista apresenta uma dinâmica própria (cf. Sweezy, 1986).

Como já afirmamos, O “Debate Brenner” dá continuidade a esta reflexão, embora envolvendo novos elementos (cf. Hilton, 1985: 1). Com o desenvolvimento da demografia histórica, sobretudo na década de 50, surgiram diversas críticas ao modelo mercantil derivado de Sweezy. Estas acabaram resultando em um novo modelo explicativo, qualificado como “modelo demográfico” ou neomalthusiano. Embora a vertente demográfica, do ponto de vista da historiografia, surja como uma crítica ao modelo mercantil, Brenner nega esta oposição ao criticar a raiz comum que une estas duas perspectivas. Na realidade, o conflito entre estas duas interpretações gira em torno do motivo principal que teria proporcionado uma maior pressão para as trocas: o crescimento comercial e urbano ou as flutuações demográficas. Nos dois casos a resposta imediata da economia agrária frente às pressões econômicas em uma direção determinada pela lei da oferta e da demanda é tomada como um pressuposto básico. Deste modo, a estrutura e a correlação de forças entre as classes nestas interpretações é tratada como uma variável secundária, que exerce pouca influência sobre os movimentos econômicos de longo prazo. É exatamente este pressuposto comum que Brenner pretende identificar e criticar. No modo de produção feudal não há respostas imediatas da economia frente às “exigências do mercado”, pois existem limites à mobilidade da mão-de-obra e ao emprego dos recursos produtivos. O controle sobre os produtores diretos (em suas mais variadas formas e graus) e a imposição de restrições sobre a circulação de mercadorias para garantir a inequivalência das trocas (o lucro “sobre a alienação”,) eram características fundamentais do feudalismo. Portanto, o funcionamento de um mecanismo de mercado baseado na lei da oferta e da procura não pode *explicar* a transição, visto que é exatamente a formação de uma economia totalmente subordinada ao valor de troca que consiste na questão-chave para a compreensão da passagem ao capitalismo.

Desta forma, tanto a perspectiva mercantil quanto a demográfica, cada qual a seu modo, tomam como base da explicação o que deveria ser efetivamente explicado. Podemos, acompanhando Brenner, refinar mais a análise e identificar outros pressupostos implícitos nestes dois modelos interpretativos: a) as forças produtivas, no sentido técnico, tendem sempre ao desenvolvimento, b) as inovações tecnológicas introduzidas em determinadas unidades produtivas tendem a proliferar por toda esfera da produção, e c) a difusão generalizada das novas técnicas provoca a transformação das relações dominantes de produção e, no limite, a dissolução do modo de produção feudal.⁴ Estes pressupostos correspondem de forma mais específica à perspectiva mercantil, (principalmente Sweezy), embora também possam ser detectados no modelo demográfico. A crítica mais direta de Brenner às interpretações inspiradas no malthusianismo pode ser sintetizada da seguinte forma: são desconsideradas ou relegadas a um segundo plano todas as determinações que não estejam diretamente vinculadas à oferta de terras e alimentos contraposta à demanda que, dentro deste modelo, *é determinada quase exclusivamente pelo volume da população*.

Em suma: todos os modelos explicativos de longa duração que desprezam ou minimizam o papel da estrutura e da luta de classes estão, desde a sua formulação inicial, condenados ao fracasso. Este é o epicentro das críticas de Brenner, assim como o ponto mais adequado para apresentarmos a sua própria interpretação. De acordo com Brenner, é exatamente a estrutura e as relações de classe (*de poder de classe*) que determinam os ciclos de longa duração do feudalismo, isto é, determinam o modo e o grau com que as transformações demográficas irão afetar as tendências de longo prazo, a distribuição de renda e o crescimento econômico. Brenner utiliza a expressão *estrutura de classe* de forma muito precisa: ela apresenta dois aspectos que, embora historicamente unificados para garantir a sua compreensão, devem ser *analiticamente* diferenciados. (1) As relações dos produtores diretos entre si, com os meios de produção e com a terra no processo de produção imediato (usualmente denominados como “processo de trabalho” ou “forças sociais de produção”); (2) As conflituosas relações de propriedade (mantidas direta ou indiretamente pela força) que garantem a extração de parte da produção dos produtores diretos por uma classe de “não produtores”. Este tipo de relação pode ser denominado como

4 A análise crítica destes “pressupostos” encontra-se em Brenner (1977, 1986).

“relações de propriedade” ou “relações de extração de excedente”. As classes *fundamentais* de uma sociedade são definidas em função delas: os produtores diretos de um lado e a classe dominante, que apropria-se do excedente, de outro. Portanto, as relações de propriedade são a *expressão* do antagonismo de classe. Feita esta observação, podemos expor o ponto nuclear da interpretação de Brenner: diferentes estruturas de classe fundadas em relações de propriedade particulares, uma vez consolidadas, tendem a impor possibilidades e limites aos padrões de desenvolvimento econômico de longo prazo (cf. Brenner, 1985a: 10-13; Brenner, 1985b: 213-217). Neste quadro, para explicar a dinâmica do feudalismo e a sua dissolução é necessário levar em consideração a autonomia relativa da estrutura de classes do modo de produção feudal. O desenvolvimento econômico europeu verificado desde a baixa Idade Média até os primórdios da Idade Moderna resulta dos conflitos de classe inerentes àquela estrutura, isto é, da reiteração ou destruição das relações de propriedade tradicionais. Portanto, por transição do feudalismo ao capitalismo devemos entender a dissolução da ordem feudal e a consolidação de uma nova estrutura social, sustentada por novas relações de propriedade e articulada em torno de uma nova forma de antagonismo de classe.

Podemos agora tratar da concepção de Brenner sobre a dinâmica do feudalismo com mais detalhes. A “fusão” entre a esfera política e a econômica é uma característica definidora e fundamental da estrutura de classes do modo feudal de produção, dadas suas peculiaridades: (1) os produtores diretos detinham a posse efetiva de seus meios de subsistência (terra, ferramentas, etc.), tornando desnecessária a intervenção econômica ou produtiva da nobreza para a sua reprodução. (2) A reprodução econômica da classe dominante dependia de sua capacidade de extorquir – extra-economicamente – trabalho excedente dos produtores diretos. São exatamente as diversas formas de desenvolvimento deste sistema de extração do excedente por compulsão extra-econômica, *em conexão ou em conflito com o desenvolvimento das forças produtivas* (conduzidas predominantemente pelos produtores diretos que tinham acesso livre aos meios de produção), que comandavam a evolução da economia feudal européia (cf. Brenner, 1985b: 226-227). As relações servis são a expressão mais característica desta coação extra-econômica, assim como representam perfeitamente a conexão indissolúvel entre o “político” e o “econômico”. Segundo Brenner, por servidão devemos compreender a capacidade por parte do senhor de impor

exações variadas sobre seus servos, fixando de forma arbitrária o nível de seus rendimentos. A servidão, portanto, consiste em uma *relação de poder* que só pode transformar-se de acordo com seus próprios meios, ou seja, apenas por intermédio das transformações ocorridas no equilíbrio das forças de classe (cf. Brenner, 1985a: 26-27). Deste modo, o final da servidão só pode ser demarcado quando o direito e a capacidade dos senhores controlarem os seus servos não mais perdurarem. Entretanto, há mais elementos importantes e que devem ser analisados, características peculiares do feudalismo que também derivam do modo como encontram-se distribuídos os meios de produção e o trabalho ou, mais precisamente, de sua estrutura de classes. O modo de produção feudal sempre tendeu a desenvolver-se de forma extensiva, anexando novas terras cultiváveis e reproduzindo sobre o novo território sua estrutura e suas relações de produção. Os senhores feudais, ao tornarem-se a classe dominante e enquanto conseguiram preservar esta situação, sempre puderam aumentar a pressão sobre os produtores diretos, caso isto fosse necessário. O reforço dos laços servis, isto é, a imposição de novas taxas e/ou obrigações consistia em uma das alternativas da nobreza para aumentar o volume de seus rendimentos, estratégia que podia ser empregada em conjunto com a expansão territorial ou, como era mais habitual, quando as terras tornavam-se escassas. Portanto, dadas as possibilidades limitadas de investimentos e melhorias na produção, o feudalismo inclinou-se mais a criar formas de *redistribuição* do que propriamente de criação de riquezas. Investir em *meios de coerção* – que serviam tanto para expandir o território e defendê-lo de povos ou senhores rivais quanto para garantir um controle mais eficaz sobre o campesinato – foi a grande inclinação da nobreza, devido a sua forma de existência social.

Brenner denomina este modo peculiar de concentração de poder por “acumulação política”. É importante compreender como, no longo prazo, esta forma de acumulação torna-se auto-perpetuante e expansível: os mesmos meios de coerção que um senhor adotava para controlar seus camponeses representavam também uma ameaça aos demais senhores, que também deveriam acumular poder. Desta forma, o acréscimo potencial da conflitividade intra-senhorial foi, ao mesmo tempo, um efeito e um elemento indutor do processo de acumulação política. Para aumentar o poderio militar frente aos demais senhores ou ampliar o poder jurisdicional sobre os camponeses, era necessário recrutar, alimentar e equipar novos vassalos,

provenientes dos estratos inferiores da nobreza. Com o passar do tempo, os novos vassalos mais bem sucedidos acabaram conquistando a sua independência frente aos grandes senhores, aumentando ainda mais o potencial conflitivo no seio da classe dominante. Mas a acumulação política não pode ser compreendida apenas em seu conteúdo quantitativo, pois ela envolveu também transformações *qualitativas*, como a sofisticação da organização interna da classe dominante. Esta paradoxal tendência a uma maior organização senhorial teve condicionantes de ordens diversas. Novas formas de cooperação foram criadas para vergar a resistência das comunidades aldeãs, assim como para garantir a proteção mútua das propriedades da nobreza (reforço das leis, promulgação de direitos, etc.). A intensificação da competição entre os senhores demandou novas formas de organização militar, ou melhor, a formação de grupos de vassalos em torno de um senhor tendo como objetivo conter ameaças “externas” ou promover conquistas. Este tipo de associação acabou formando a base inicial para o fortalecimento da coesão intersenhorial. Em poucas palavras: a guerra também atuou como instrumento de centralização política. Assim, o resultado final deste processo de acumulação política foi o desenvolvimento do *Estado feudal*, definido como as diversas formas de associação compostas por grupos de senhores feudais voltadas para o autogoverno, onde cada senhor detinha o direito de exercer diretamente o poder em sua jurisdição. Esta forma peculiar de Estado tinha como objetivo básico garantir a transferência de rendimentos dos produtores diretos para as classes improdutivas ou, dito de outro modo, visava preservar as relações de produção e de propriedade feudais.

A formação e o fortalecimento do Estado vinculou-se à expansão comercial. A “acumulação política” intensificou consideravelmente as necessidades de consumo da classe dominante: os gastos militares ampliaram-se demasiadamente, não só pelo aumento do número de soldados, mas também pela demanda por armas de maior eficácia. Ao lado dos investimentos militares, o consumo suntuoso convertido em uma necessidade imperiosa esvaziava os cofres da nobreza. Deste modo, os recursos provenientes da economia agrária eram sistematicamente esterilizados, comprometendo, no longo prazo, as bases da sociedade. Assim, a concentração de poder e a organização da classe dominante realizaram-se mediante a debilitação da base produtiva feudal. Os recursos que permaneciam nas mãos dos camponeses eram cada vez menores, chegando

inclusive a comprometer a capacidade de reprodução de suas unidades produtivas. A queda da produtividade do trabalho, determinada principalmente pela superexploração da fonte de trabalho vivo, incentivou ainda mais a concentração de meios de coerção para garantir a captação e redistribuição dos poucos recursos disponíveis. As forças produtivas rapidamente tornaram-se incapazes de suportar a população, o que abriu o caminho para a eclosão das crises catastróficas que abalaram a estrutura econômica e social do feudalismo, cuja expressão mais visível foi a retração abrupta da população. As crises feudais, portanto, derivam do modelo peculiar de desenvolvimento apresentado por este modo de produção: crescimento extensivo baseado na exploração extra-econômica dos produtores diretos, onde o grosso dos recursos são consumidos na manutenção dos dispositivos de coerção sobre a classe produtora. Apenas uma pequena parcela dos recursos é reinvestida na produção, o que compromete no longo prazo os níveis de produtividade geral, proporcionando crises econômicas “crônicas” (cf. Brenner, 1985b: 236-242).

Esta tendência à crise manifestou-se em toda a Europa feudal, embora tenha apresentado tons particulares em várias regiões. A forma e a velocidade com que a centralização do poder ocorreu variou muito, e não vingou em todos os lugares. Do mesmo modo, a capacidade de resistência das comunidades aldeãs às investidas da nobreza em determinadas situações alterou o rumo dos acontecimentos. Assim, a luta pela intensificação ou destruição das relações feudais de extração do excedente apresentou variações importantes, multiplicando as vias de desenvolvimento possíveis. Neste quadro complexo, o processo que compreende o declínio do feudalismo e a formação do modo capitalista de produção torna-se muito mais visível se compararmos as diferentes saídas para a crise que particularizaram cada região. Para tanto, num primeiro momento, sintetizaremos a evolução divergente da Europa oriental e ocidental. Depois, centrados na porção ocidental do continente, pretendemos reconstituir a comparação feita por Brenner entre a França e a Inglaterra, buscando com isto esclarecer como as relações de produção capitalistas foram se apossando da economia agrária inglesa e subordinando posteriormente toda a esfera da produção.

De um modo geral, iniciou-se na Europa, a partir do século XI, um processo de expansão demográfica acompanhado pelo incremento das relações mercantis que perdurou até o princípio do século XIV. Neste

período a “acumulação política” desenvolveu-se consideravelmente e garantiu a consolidação da pequena nobreza. A Europa ocidental e oriental, até então seguindo trajetórias relativamente semelhantes, começaram a percorrer caminhos distintos durante o colapso demográfico e a crise econômica que marcou os séculos XIV e XV. Como uma espécie de resposta à crise e ao acirramento do conflito entre as classes, a centralização do poder avançou muito nos moldes já descritos, formando uma espécie de prelúdio do Estado absolutista. Entretanto, foi o resultado distinto da luta em torno das relações de extração do excedente que provocou a evolução divergente que cindiu a Europa. Na porção ocidental, os camponeses conseguiram resistir à investida da nobreza, despedaçando os laços servis tradicionais e alterando completamente os parâmetros da luta de classes.⁵ Os acontecimentos tomaram um rumo diferenciado na Europa oriental. A nobreza obteve pleno sucesso em sua tentativa de reforçar as relações tradicionais de extração do excedente: os camponeses curvaram-se frente à “segunda servidão”. Entretanto, no século XVI a Europa viveu um período de recuperação econômica: as relações mercantis desenvolveram-se de forma acentuada e o comércio de longa distância ressurgiu com força crescente. O fato curioso é que na porção oriental as relações servis ainda vigoravam, mesmo com a intensificação das transações comerciais. A partir daqui deixaremos de lado esta região e nos concentraremos na comparação entre a Inglaterra e a França.

A luta entre a nobreza e o campesinato na Inglaterra surtiu efeitos peculiares. Com o fim definitivo da servidão, os camponeses livraram-se das prestações pessoais e das exações arbitrárias. A renda foi fixada e sujeita a reavaliações apenas no longo prazo. No que diz respeito à formação do futuro proletariado, o efeito mais favorável do fim das relações servis consistiu no esfacelamento do controle sobre a mobilidade da mão-de-obra, que passou a responder de forma mais imediata às exigências do mercado. Ao mesmo tempo, a diferenciação social no campo ampliou-se consideravelmente neste período. O fosso que separava os camponeses livres dos não-livres tornou-se definitivamente intransponível. Os *vilões* permaneceram expostos às arbitrariedades dos senhores já que, por definição, eram privados de qualquer proteção jurídica. Os demais camponeses não-livres ou semilivres que detinham faixas de terra, mesmo

⁵ Na Inglaterra, por exemplo, a servidão já havia desaparecido completamente pouco antes de 1500 (Brenner, 1978: 122).

com o fim da servidão, ainda eram vulneráveis: foi preservado o direito, por parte dos senhores, de impor ou aumentar os tributos sobre as terras dos camponeses no caso de transferência, seja por venda ou por herança. Bastava ao senhor fixar uma tarifa muito elevada para que o primogênito não pudesse herdar a terra de seu pai, sendo obrigado a abdicar de seu direito à posse. Os senhores, por meio desta medida, puderam se apossar de amplas extensões territoriais. Já os livre-tenentes, que possuíam amplos direitos legais, foram favorecidos pela fixação da renda da terra. Ao pagarem apenas uma parcela anual e fixa, seu potencial de acumulação aumentou muito. Desta forma, eles puderam expandir as suas unidades produtivas arrendando as terras que a nobreza havia tomado dos camponeses semilivres e dos pequenos arrendatários. Estes, ao perderem a sua base fundiária, tenderam a vender seu trabalho em troca de salários nas terras dos grandes arrendatários. É importante notar a mudança de atitude da nobreza. Os senhores dispunham de um grande volume de terras, entretanto não podiam mais adotar a “velha” forma feudal de contornar as crises: a imposição de exações arbitrárias sobre o campesinato. Impedidos de reimplantar as antigas relações de extração do excedente, os senhores foram obrigados a encontrar outra saída para aumentar seus rendimentos (que, desde a adoção da renda fixa, tornaram-se decrescentes em termos reais). A melhor opção, na verdade a única viável, era arrendar suas terras aos grandes arrendatários. Pouco a pouco, graças a esta sobreposição de interesses, a estrutura senhor/grande arrendatário/trabalhador assalariado foi dominando a produção agrária na Inglaterra, a ponto de tornar-se a chave do desenvolvimento inglês. A relação antagonista tradicional, onde a pressão senhorial obliterava a iniciativa camponesa, foi substituída por novas relações de classe que permitiam uma utilização mais rentável do excedente agrário. Deste modo, a simbiose entre os senhores e os arrendatários, aliada à oferta crescente de mão-de-obra proporcionou um impulso à agricultura inglesa até então nunca visto. O triunfo das novas relações de produção tornou-se evidente durante o século XVII, pois enquanto todas as economias européias entravam em declínio (em graus variáveis), a Inglaterra conseguiu manter o seu padrão de desenvolvimento (retomaremos este ponto).

A agricultura francesa trilhou um caminho completamente diferente, devido a uma peculiaridade: os camponeses obtiveram pleno sucesso na luta pela consolidação dos direitos de posse e de propriedade. Mas como isto foi possível? Segundo Brenner, a resposta encontra-se na especificidade de

Estado monárquico francês. Ao contrário da Inglaterra, o Estado cristalizou-se na França como um extrator independente de rendimentos. Sua capacidade de impor taxas sobre a terra o colocou em uma posição de concorrência com os senhores feudais que viviam de rendas, pois o potencial de captação de recursos da coroa estava na razão inversa do volume de rendimentos açambarcado dos camponeses pelos senhores. Incapacitados de competir com um Estado centralizado, os senhores assistiram ao despedaçamento das relações servis tradicionais e à consolidação da propriedade camponesa, ambas realizações conduzidas pela coroa na defesa de seus interesses. Deste modo, a consolidação da propriedade camponesa como consequência do desenvolvimento do Estado garantiu a preservação das relações de produção feudais na França, embora as relações de extração do excedente tenham sofrido transformações significativas (assumiram, predominantemente, a forma de *tributos*). Este quadro é ilustrado pela nova motivação das revoltas camponesas: o sistema impositivo e avassalador do Estado absolutista, que recriou as barreiras à iniciativa dos produtores diretos, contendo o “desenvolvimento capitalista” mediante a descapitalização sistemática da agricultura. Esta imensa estrutura predatória não só determinou a queda das taxas de produtividade rural no longo prazo, assim como impediu o desenvolvimento de um mercado interno coeso e dinâmico. Como Brenner argutamente salienta, tratava-se de uma situação irônica: quanto mais completos eram os direitos de liberdade e de propriedade, maior o atraso e a pobreza da população rural. Na Inglaterra, em contraposição, foi exatamente a ausência destes direitos que facilitou o desenvolvimento econômico real.

Com base nesta comparação, não é difícil compreender que a via exclusiva do desenvolvimento inglês assentou-se no crescimento da produtividade no campo como resultado da transformação da estrutura de classes agrária. Estas novas relações de produção garantiram a vitalidade do mercado interno britânico, fato que não foi compartilhado na mesma intensidade pelas demais economias européias, como ficou evidente na “crise geral” do século XVII. Muitos países já apresentavam um considerável desenvolvimento manufatureiro e mercantil no princípio deste século, embora o continente europeu repousasse sobre bases agrárias *feudais*. No entanto, este desenvolvimento era em grande parte ilusório, pois as manufaturas dependiam do vigor da economia européia tomada em conjunto. Tomemos o exemplo holandês: logo no princípio do tumultuado século XVII a marinha mercante holandesa dominava o setor comercial europeu, assim

como possuía um importante centro têxtil localizado em Leiden. O sucesso da marinha mercante induziu o desenvolvimento de várias manufaturas voltadas à exportação (cerveja, ladrilhos, etc.). Mas estes setores industriais dependiam da importação de grãos da Europa oriental, assim como da venda de sua produção para os demais países e para o mercado ultramarino. Após 1650, com o estancamento da economia européia, a Holanda acompanhou a onda de crise que varreu a Europa, retraindo drasticamente o seu poderio industrial e mercantil. Por não possuir uma base sólida capaz de sustentar o seu próprio desenvolvimento, a Holanda capitulou frente ao agudo retrocesso vivenciado pelo comércio europeu e ultramarino. De um modo geral, com exceção da Inglaterra, como não havia complementaridade entre os setores agrário e manufatureiro, todas as demais economias européias só podiam ampliar sua produção industrial e comercial durante os períodos de prosperidade econômica geral, portanto, dependiam da vitalidade da economia européia como um todo para sustentar os seus empreendimentos. Embora a exportação de tecidos tenha realmente garantido o impulso inicial que projetou o setor industrial inglês, sua dinâmica não dependia exclusivamente da indústria têxtil, fato que ficou patente em meados do século XVII, quando este ramo entrou em crise após a redução da demanda externa e a economia inglesa conseguiu manter um certo padrão de desenvolvimento industrial e mercantil. Esta pujança econômica só pode ser efetivamente compreendida se considerarmos a ligação entre a indústria e um mercado nacional em expansão, que encontrava-se profundamente fundamentado na transformação constante da produção agrícola. Deste modo, os setores agrário e industrial desenvolveram-se conjuntamente em solo britânico, estabelecendo entre si uma relação de dependência mútua, proporcionando à economia um caráter muito mais dinâmico e menos dependente da conjuntura européia. Assim, no século XVIII, enquanto as demais nações européias recobravam-se da crise do século anterior, a sinergia entre a agricultura e a manufatura na Inglaterra criou as condições materiais para explosão da Revolução Industrial (cf. Brenner, 1985a: 30-63; Brenner, 1985b: 274-327).

= = =

Em linhas gerais, esta é a interpretação de Brenner sobre a transição do feudalismo ao capitalismo. Há contrastes pontuais entre a posição de Brenner e a “clássica” explicação de Dobb formulada originalmente em *Studies in the development of capitalism* (edição original: 1946). Entretanto,

a relação entre estes dois autores é de continuidade: podemos afirmar que Brenner levou Dobb às últimas conseqüências, enfatizando ainda mais o papel da luta de classes na dissolução do modo de produção feudal e na formação de capitalismo.⁶ Já a relação entre a “polêmica Dobb-Sweezy” e o “debate Brenner” é um pouco mais complexa. O problema nuclear permaneceu o mesmo: o conflito em torno de explicações gerais sobre o desenvolvimento histórico. No primeiro caso o que realmente estava em questão era o próprio materialismo histórico, pois havia uma nítida sobreposição de problemas: a discussão em torno do modo de produção feudal confundia-se com uma reflexão teórica sobre o legado de Marx. No “debate Brenner”, contudo, a polêmica ganhou uma nova dimensão ao envolver um confronto entre problemáticas distintas, isto é, entre o materialismo histórico e a “perspectiva demográfica”. Esta foi, sem dúvida, a tônica do diálogo entre Brenner, M. M. Postan, J. Hatcher e Emmanuel Le Roy Ladurie. Ao lado desta ordem de questões, alguns autores preocuparam-se mais em verificar o embasamento factual sobre o qual Brenner construiu parte de sua argumentação (Heide Wunder, Patricia Croot & David Parker). Há, também, no interior deste debate um confronto nos moldes da polêmica Dobb-Sweezy: Guy Bois contesta de forma direta o “marxismo” de Brenner. Enfim, a riqueza do debate Brenner reside exatamente na diversidade e na amplitude dos problemas que compreende. Seria impossível reproduzir aqui, mesmo de forma sumária, as diversas perspectivas em conflito que integram este debate. Optamos por priorizar a explicação de Brenner porque, em primeiro lugar, foi um artigo deste autor que deflagrou a controvérsia (Brenner, 1985a; publicado originalmente na revista *Past & Present*, n. 70, 1976). Em segundo lugar, e isto é mais importante, devido às qualidades intrínsecas à sua abordagem: trata-se de uma interpretação simultaneamente crítica e propositiva. Estas duas dimensões, ao caminharem juntas, reforçam a argumentação ao mesmo tempo em que apontam para novas direções a serem discutidas e avaliadas.

Referências bibliográficas

BRENNER, Robert. The origins of capitalist development: a critique of neo-smithian Marxism. *New Left Review*, n. 104, Jul./Aug. 1977.

⁶ Sobre as diferenças entre Dobb e Brenner, consultar Brenner (1978) e Holton (1981: 842-854).

- BRENNER, Robert. Dobb on the transition from feudalism to capitalism. *Cambridge Journal of Economics*, n. 2, Jun. 1978.
- _____. Agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe. In: ASTON, T. H., PHILPIN, C. H. E. (Org.). *The Brenner debate: agrarian class structure an economic development in pre-industrial Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985a.
- _____. The agrarian roots of European capitalism. In: ASTON, T. H., PHILPIN, C. H. E. (Org.). *The Brenner debate*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985b.
- _____. The social basis of economic development. In: ROEMER, John (Org.). *Analytical Marxism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- HILTON, Rodney. Introduction. In: ASTON, T. H., PHILPIN, C. H. E. (Org.). *The Brenner debate*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- HOLTON, Robert J. Marxist theories of social change and the transition from feudalism to capitalism. *Theory and Society*, n. 6, 1981.
- MARIUTTI, Eduardo Barros. *A transição do feudalismo ao capitalismo: um balanço do debate*. Campinas: Unicamp. IE, 2000. (Dissertação, Mestrado).
- SWEEZY, Paul M. Feudalism-to-capitalism revisited. *Science & Society*, n.1, 1986.